

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A PRÁTICA (DA) LINGÜÍSTICA

1. A lingüística moderna, a chamada lingüística "propriamente dita", tem sido, até hoje, dominada por duas noções fundamentais: (1) que a comunicação se faz através de um processo de transferência de pensamento e (2) que as línguas são os dispositivos que permitem a transferência de pensamento através da qual se processa a comunicação. Como diz Roy Harris (cf. Harris 1990:23) O *Anno Domini* da ciência lingüística é marcado pela data de publicação do *Cours de Linguistique Générale* de Saussure, onde se afirma que um dos objectivos da Lingüística consiste na delimitação e definição da própria lingüística. Esta definição é, de facto, já uma redefinição do estabelecimento da lingüística como uma área de investigação nas primeiras décadas do séc. 20.

A verdade é que a (re)definição empreendida por Saussure deu à lingüística, enquanto disciplina, o carácter fundamental que ainda hoje mantém. Estabelecendo como objectivo de estudo científico a *langue* - objecto de conhecimento independente, conhecido dos seus utentes - Saussure postula dois princípios fundamentais caracterizadores da linguagem, o princípio da arbitrariedade (implicando, necessariamente, a descontextualização do signo lingüístico) e o princípio da arbitrariedade. É certo que a conceptualização da *langue* pode ser interpretada como uma tentativa para estabelecer uma ponte entre o individual e o colectivo, e que Saussure insiste num estudo da linguagem a partir da perspectiva do utente lingüístico (cf. Saussure 1922:27). Mas esta ênfase no falante, como centro de perspectivação para a investigação, resulta, afinal, aparente, se não superficial, já que, para Saussure, a *langue*, objecto da lingüística, é um código fixo de correlações entre formas e significados e o que torna a comunicação possível é o acesso partilhado dos interlocutores a esse

código. A *langue* é, portanto, um sistema estático de correlações, não havendo lugar quer para o utente linguístico individual, quer para a variação linguística, espacial e temporal (Love 1990:88). E a dicotomia sincronia/diacronia não é, afinal, senão uma tentativa para resolver a contradição entre o entendimento da *langue* enquanto código fixo e a necessidade de admitir a possibilidade da mudança linguística. Podemos, assim dizer que Saussure cristaliza, na sua concepção de linguagem, um determinismo social.

O facto é que, até hoje, quase não encontramos em nenhuma das escolas que têm vindo a marcar o pensamento, a teorização e a investigação linguística do séc. 20 - estruturalismo, distribucionalismo, generativismo, tagmemicismo ou estratificacionismo - um questionamento fundamental dos postulados saussureanos, em termos dos princípios enunciados ou da conceptualização do objecto da linguística e, portanto, necessariamente, da abordagem do fenómeno linguístico. A única verdadeira alternativa remete para os contributos da escola funcionalista inglesa e da teoria sistémico-funcional desenvolvida por Halliday e a que voltaremos mais adiante.

Alguns esforços nesse questionamento foram, entretanto, empreendidos. O mais importante é, indiscutivelmente, aquele que tem em Chomsky o seu mais fiel representante. Se em Saussure detectamos a enunciação de um princípio semiótico, patente no conceito de forma linguística, indiciando a necessidade de compreender e explicar a linguagem através do seu estudo enquanto meio de construção de sentido (cf. Taylor 1991, Thibault 1991), com Chomsky somos levados a aceitar a linguística como parte da psicologia cognitiva. Como ele afirma (Chomsky 1979:44) a linguística "concerns itself solely with the system that is acquired and not with the manner in which it is acquired or in the ways it is put to use." Chomsky investiga, assim, as estruturas cognitivas da mente e está, acima de tudo interessado em entender a aquisição de um sistema de regras mentalmente representado, que permita ao falante tornar-se um utente da língua "competente".

Ao definir a *langue* como um sistema de correlações partilhado por todos os falantes de uma comunidade linguística, Saussure problematiza, de alguma maneira, a necessidade de circunscrever essa comunidade. E é possível que o conceito de Chomsky de um falante-ouvinte ideal,

individual, resulte do facto de se ver confrontado com a necessidade de circunscrever a comunidade linguística. De qualquer modo, só aparentemente Chomsky questiona a noção de código fixo herdada de Saussure, já que, na realidade, considerar que a gramática de uma língua é um conjunto de regras generativas não é mais do que elaborar uma formalização possível do plano sintagmático saussureano.

Chomsky é, assim, o responsável pela ideia de que a linguística se deverá ocupar do estudo da aquisição da linguagem, da definição de um conjunto de princípios abstractos existentes nas estruturas gramaticais de todas as línguas, (ou seja, na linguagem humana) e geneticamente codificados no cérebro. Chomsky não está interessado no que chama de "E-(xternalised) languages" - artefactos sociais e objectos que existem fora da mente de um falante-ouvinte (Botha 1987) - mas na "I-(nternalised) language" que define como "some element of the mind of the person who knows the language, acquired by the learner, and used by the speaker-hearer" (Chomsky 1986:22). Uma "I-language" é, assim, o conhecimento linguístico do falante nativo, a sua gramática interiorizada e as E-languages" - as línguas tais como as conhecemos e nomeamos, o Português, o Inglês, o Chinês - apenas exteriorizações ou implementações de um "I-language".

A teorização chomskyana faz-se, portanto, sobre objectos abstraídos da realidade linguística, apresentados como linguagens idealizadas. O ideolectalismo de Chomsky - a linguagem como sistema de correspondências localizadas na mente do indivíduo (Love 1990) - não rejeita, afinal, a noção de língua enquanto código fixo introduzida por Saussure; limita-se a redefinir esta noção, entendendo o código fixo como um fenómeno mental privado. Em Chomsky, como em Saussure, encontramos o mesmo determinismo linguístico. Se em Saussure esse determinismo tem uma natureza social, em Chomsky reveste-se de carácter natural, já que a gramática universal, o conjunto de princípios de onde deriva o conhecimento linguístico, tem a sua origem na herança biológica humana. Em ambos encontramos a noção de intersubjectividade linguística (Taylor 1990) e para ambos o objecto da ciência linguística é o estudo do que torna possível essa intersubjectividade (a *langue* para Saussure, os princípios inatos para Chomsky).

E a pergunta fundamental que se pode colocar, perante os trabalhos

de Chomsky e dos que, na sua esteira, têm vindo a desenvolver estudos geralmente incluídos na tradição da gramática generativa, é a seguinte: que contributo real nos deu a formulação matematicamente rigorosa de regras gramaticais para a compreensão e explicação do modo como as pessoas constroem e verbalizam a sua experiência linguística?

É evidente que o determinismo linguístico e a sua consequência lógica - o critério de objectividade - foram decisivos, por razões puramente disciplinares, para a construção de um território científico autónomo, habitado por um conjunto de especialistas, capazes de analisar sistematicamente a linguagem (objectivando-a) e de responder a um reduzido número de questões, não pondo, assim, em causa outros territórios científicos, preocupados, igualmente, com a natureza da linguagem e o seu papel nos assuntos humanos. Aceitar este facto é uma coisa. Dizer que o estudo da gramática (em alguns casos linguisticamente pertinente) pode fornecer uma "verdade" fundamental acerca do amplo e complexo papel da linguagem é correr o risco de confundir verdade com mitologia.

2. Vemos, assim, que o determinismo linguístico - em Saussure, como em Chomsky, centrado, afinal, no sujeito falante, embora de modos diversos - aliena esse falante enquanto utente concreto do sistema e a linguagem enquanto meio de que os falantes dispõem para, no seu quotidiano, fazerem coisas, agirem, de acordo com as suas necessidades, os seus objectivos, as suas finalidades.

Mas encontramos outros investigadores preocupados com estas questões. Um dos nomes que, nesta orientação, imediatamente surge é William Labov, produtor de um trabalho importante no âmbito da sociolinguística, termo que ele próprio considera redundante, já que, como afirma (Labov 1972:xiii) "there cannot be a successful linguistic theory or practice which is not social." Mas, apesar de estar essencialmente interessado numa investigação linguística que se centra na relação, por definição, entre linguagem e sociedade, Labov não contesta completamente a noção de um sistema estático de regras, de um código fixo, da "competência" de Chomsky. O que faz, entretanto, é introduzir o conceito de regras de variabilidade, com vista a integrar alguns aspectos da variação linguística, cuja existência lhe parece evidente. Há, assim, em Labov, a

delimitação de um compromisso entre homogeneidade e heterogeneidade, não apenas enquanto características da linguagem, mas enquanto aspectos a contemplar na formulação de uma teoria linguística.

Labov é, no entanto, um exemplo de outro modo de "fazer" linguística, negligenciado, embora, pelos linguistas ortodoxos, pelos auto-denominados praticantes da "linguística propriamente dita". Esse modo de "fazer" linguística expressa-se no estudo não do sistema autónomo e homogéneo - mesmo que este conceito não seja completamente questionado - mas dos usos do sistema e da linguagem enquanto fenómeno social. Esta preocupação com o carácter social da linguagem e o carácter activo do uso linguístico não é, aliás, nova nem recente. Relativamente próximo de nós, encontramos, por exemplo, o filósofo inglês Locke (1690) expressando esta compreensão da natureza social da linguagem e da liberdade dos falantes individuais para usarem palavras escolhidas de acordo com a sua vontade e capazes de significarem, segundo eles, os seus pensamentos particulares.

Podemos, assim, dizer que, paralelamente a uma linguística autónoma, se foi desenvolvendo uma linguística instrumental, centrada na análise da interacção verbal e no sujeito falante como produtor de significados. Para esta linguística, é a análise da fala que se constitui como objecto, são as relações linguísticas, contextualizadas, que importa observar. Marcos fundamentais nesta perspectiva são os trabalhos realizados por filósofos da linguagem como Wittgenstein, Austin e Searle, que serviram de base a toda a investigação incluída no que globalmente se chama de pragmática. De relevo são, também, todos os contributos produzidos por investigadores no âmbito da sociolinguística, onde se inclui Labov, essencialmente interessados em descrever os factos da variação, mas usando metodologias com frequência influenciadas por uma orientação positivista, levando, por exemplo, a uma consideração da variação sociolinguística em termos de um conjunto de factos a observar e descrever através de métodos análogos aos usados nas ciências naturais. Relacionada com este posicionamento metodológico, verifica-se, em geral, nos trabalhos realizados por sociolinguistas o que podemos classificar como uma não sensibilidade relativamente à relação do próprio investigador com as ordens sociolinguísticas que pretende descrever. Ou seja, quando a atenção é posta na simples existência dos factos sem atender às condições sociais da sua constituição e da sua mudança

potencial, é natural que a noção de que o próprio investigador pode, de algum modo, afectar os factos, não surja como relevante.

De mencionar, ainda - sem pretensões de exaustividade, como é óbvio - são os contributos dos conversacionalistas e etnógrafos da comunicação, interessados na investigação da conversação enquanto expressão, pelos falantes, da sua capacidade social activa. Destes trabalhos resultaram contributos importantes para a compreensão da estrutura sistemática da conversação e da natureza social dessa estrutura. Um dos objectivos destes investigadores tem sido o de mostrar que as estruturas estão presentes e são produzidas na actuação social quotidiana e não são, portanto, simplesmente, uma propriedade das macro-estruturas sociais abstractas. A análise conversacional, entretanto, talvez pela resistência em ligar as estruturas "micro" da conversação com as estruturas "macro" das instituições sociais e das sociedades, tem produzido uma imagem de algum modo desvirtuada da conversação, como se esta existisse num vazio social, realizada, habilmente, por falantes-actores livres, não constrangidos por práticas institucionalmente convencionalizadas e relações de poder condicionantes das trocas conversacionais.

3. Como, adequadamente, considera Fairclough (1989:13), um aspecto do poder é a capacidade de impor e manter uma estruturação particular, um certo modo de dividir uma certa área em partes, por exemplo, conservando a demarcação entre as partes e uma determinada hierarquia relacional de dominação e subordinação. A linguística "propriamente dita" tem imposto esta estruturação no âmbito do estudo linguístico, nomeadamente através da consideração dos diversos contributos, atrás mencionados, como partes "diferentes" e do estatuto privilegiado que a si própria conseguiu atribuir-se. É nesta óptica que todas as outras abordagens são consideradas sub-disciplinas que "alargam" os resultados da "linguística propriamente dita" em várias direcções especializadas. Mas talvez seja chegado o momento, e alguns já o vêm sentindo (cf. Davis e Taylor 1990), de uma nova (re)-definição da linguística. É mal ir a área disciplinar, especialmente quando se insere nas chamadas ciências humanas e sociais, que não empreende uma permanente redefinição. Nesta redefinição caberá, na minha perspectiva, considerar a linguagem como uma semiótica social e dar ao texto o relevo que, de facto, tem enquanto unidade semântica. Não nos

expressamos por palavras ou por frases descontextualizadas, mas por textos, produzidos em contextos discursivos específicos, regulados por aquilo que Foucault chama de ordens discursivas (Foucault 1971) - conjuntos de convenções que determinam modos sistematicamente organizados de falar.

É no texto - enquanto produto ou registo de práticas específicas de construção social de significados e não objectos de teorias e análises puramente formais - que podem ser formuladas as questões fundamentais relativas ao sistema social, à natureza agentiva dos utentes linguísticos, à reprodução do sistema linguístico e social nas trocas de significados e à mudança do sistema social e linguístico na produção textual, enquanto actuação social e evento social. Uma compreensão dos processos textuais apresenta-se, por isso, fundamental para uma teoria linguística realmente adequada aos factos da linguagem. É na interacção dos agentes linguísticos, posicionados de forma particular no complexo da estrutura social, que os textos são construídos. E esse posicionamento resulta, simultaneamente, da história linguística e social de um utente linguístico particular e da sua localização temporal em estruturas complexamente constituídas. Os utentes linguísticos, enquanto agentes linguísticos e sociais, são formados na experiência de textos, eles próprios produtos dos significados dos processos sociais e linguísticos e das estruturas de posicionamentos sociais particulares (Kress 1989).

Uma teoria que tem procurado dar ao texto este relevo é a teoria sistémico-funcional de Halliday (1978, 1985), onde encontramos uma concepção de linguagem enquanto rede de escolhas potenciais - do que o falante pode fazer (no sentido duplo do termo, isto é, enquanto capacidade própria e possibilidade contextual e cultural), ao que pode significar, ao que pode dizer, pressupondo uma codificação sequencial nos diferentes níveis. Esta teoria centra-se, fundamentalmente, na análise das selecções léxico-gramaticais formais padronizadas, nas quais e através das quais os significados sociais são realizados nos textos. A noção de realização, existente já em Hjelmslev (1961:40) é dialecticamente produtiva e, neste sentido, não infiltrada por um determinismo descendente. Dito de outro modo, os significados não são inerentes a estas padronizações formais; são, antes, produzidos e construídos nelas e através delas de modos regulares e dependentes do contexto. A concepção de sistema, em Halliday,

remete para o potencial de significado paradigmático da semiótica social. Daí que os sistemas sejam formalmente representados na teoria sistémica como redes de opções de significado interrelacionadas, vistos como um recurso para a troca de significados sociais em contextos semióticos específicos (Halliday 1978: 17, 52, 192). Textos são, portanto, nesta perspectiva, instanciações de um sistema de relações paradigmáticas e realizações de significados sociais dependentes do contexto.

Esta concepção de linguagem, como considera Thibault (1991:19), implica pensar que todas as formas linguísticas e, menos restritamente, todas as formas semióticas, realizam uma variedade de diferentes tipos de significados e funções, derivados de sistemas paradigmáticos de opções, que, no caso da linguagem, são estruturalmente realizados, de modos distintos, a nível léxico-gramatical. Implica, ainda, a necessidade de dar conta, em termos sócio-semióticos, das relações e dinâmica de contextualização que não se compadece com uma preocupação restrita no signo enquanto entidade abstracta, isolada e formal. Requer, igualmente, considerar o modo como os agentes sociais activam a variabilidade e a mudança nas redes do potencial significativo.

Poderia ilustrar o que acabei de afirmar dando um exemplo. Dizer que "Russian tanks have attacked people" e "People have been attacked" são, apenas, duas formas superficiais geradas pela mesma estrutura semântica com a ajuda de regras específicas, é dizer quase nada sobre as duas expressões, o seu conteúdo proposicional, a posição do enunciador, a motivação possível das escolhas produzidas. Porque, enquanto actualizações a nível léxico-gramatical, estas duas frases não são modos diferentes de dizer a mesma coisa, mas modos de dizer coisas diferentes, geradas por diferentes modos de significar.

E estas considerações conduzem a outras que me parecem relevantes e que se ligam às consequências da concepção de uma teoria linguística e de uma competência linguística como culturalmente neutras, independentes dos sistemas de valores e do linguista como veiculador imparcial de objectividade científica (cf. Newmeyer 1986, Taylor 1990). Nesta perspectiva, a linguística científica, como extensão descontextualizada e institucionalizada das nossas práticas metalinguísticas comuns, contribui, de facto, para reproduzir e, simultaneamente, influenciar os preconceitos, valores e ideologias

culurais. Nesta óptica, é, pelo menos, curioso ouvir Chomsky (1979:3) afirmar "what special knowledge I have concerning language has no immediate bearing on social and political issues", durante uma entrevista, gravada, sobre as suas ideias políticas e linguísticas.

Talvez, ao questionar e (re)definir o objecto da linguística, caiba inquirir sobre a pertinência de postular objectos sociais abstractos ou de especular sobre a aquisição de estados mentais partilhados, com vista a dar conta da compreensão partilhada de significados ou do conhecimento partilhado das regras. Talvez, de facto, a necessidade fundamental seja a de examinar as nossas práticas comuns de atribuição (e legitimação dessa atribuição) de partilha de conhecimentos e saberes e compreensão mútua. Porque estas práticas são normativas e é através delas que construímos a conformidade, a regularidade e a multi-individualidade da interacção verbal, dando uma instrumentalidade social aos nossos actos individuais de expressão verbal. Recentrando a nossa atenção nesta normatividade, afastando-nos da especulação sobre objectos abstractos e estados mentais exclusivamente subjacentes à interacção verbal, chegaríamos a um estudo da linguagem como actividade voluntária realizada por indivíduos.

Com o cuidado, porém, de não cair na armadilha de muitos dos estudos sobre os usos e as funções linguísticas e sobre o significado como algo produzido pelo sujeito que, livremente, tem necessidades, objectivos e finalidades. Porque só em princípio somos livres e não vivemos "em princípio". Vivemos em contextos sociais e institucionais, que funcionam, em larga medida, como restrições ao livre exercício das nossas acções voluntárias. Significar *x* com uma dada expressão ou combinar essa expressão com outras são actos voluntários. Em princípio. Mas, simultaneamente, realizados por sujeitos condicionados por convenções institucionais e que, por isso, são social e linguisticamente constrangidos nas suas produções textuais. O sujeito livre é um dos mitos da ideologia ocidental, corporizada, nomeadamente, na linguagem enquanto propriedade de extremo valor económico e político (Bourdieu 1982). Esta concepção humanista do utente linguístico enquanto sujeito unitário, individual e exclusivamente responsável pelos seus actos, "ego" transcendental e identificável, sujeito pensante/falante e fonte soberana de significado - é esta a concepção que recolhemos em Grice (1975), por exemplo - é, claramente, rejeitada por Kristeva (1986) numa visão pós-estruturalista.

A realidade, de facto, é que os agentes sociais são posicionados e controlados, enquanto sujeitos discursivos, em áreas e actividades específicas da prática social.

A prática (da) linguística deverá ser, portanto, na perspectiva que julgo pertinente, baseada numa concepção de linguagem enquanto rede sistemática de escolhas a diferentes níveis, inserida, enquanto prática social, nas práticas sociais (semióticas) de construção de sentido. Nesta concepção, a léxico-gramática, a todos os níveis, da frase e através da oração, à palavra e ao morfema será interpretada funcionalmente como realização simultânea das opções semânticas das três meta-funções - ideacional, interpessoal e textual (Halliday 1973, 19789. O texto desempenha aqui, como referi anteriormente, lugar crucial enquanto linguagem "in operation" (Halliday 1978:130), já que a dinâmica da construção social do significado não pode ser separada da análise dos produtos textuais que são produzidos e usados no contexto das práticas sociais. Textos são lugares onde emerge a complexidade dos significados sociais, produzidos na história particular da situação da sua produção e registando, de modo parcial, as histórias dos participantes na produção textual e das instituições aí invocadas. Cada texto é, assim, como aponta Kress (1990), o registo das relações entre linguagem e sistema social, testemunhadas na estruturação de relações de poder entre os participantes.

4. Um comentário final: seria absurdo (e ignorante) negar a importância dos contributos produzidos pela investigação linguística durante o séc. 20 - e, em concreto, do trabalho desenvolvido por Saussure e por Chomsky - para a compreensão da multiplicidade e complexidade do fenómeno linguístico. Não é isso, portanto, o que aqui se argumenta. Mas defende-se a legitimidade de definir, para a linguística, um objecto de estudo não confinado aos parâmetros em que a linguística tradicional o tem considerado.

Talvez, assim, seja possível ultrapassar a percepção que existe, no mundo exterior aos especialistas, da incapacidade testemunhada pela linguística científica em confrontar algumas das mais importantes questões inerentes à própria disciplina e que se relacionam com o papel desempenhado pela linguagem na vida quotidiana dos sujeitos falantes.

5. Referências bibliográficas

- AUSTIN, J. (1962) *How To Do Things With Words*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- BOTHA, R. P. (1987). *The Generative Garden Game: Challenging Chomsky at Conceptual Combat*. Stellenbosch: University of Stellenbosch
- BOURDIEU, P. (1982). *Ce Que Parler Veut Dire*. Paris: Fayard.
- CHOMSKY, N. (1979). *Language and Responsibility*. New York: Pantheon.
- CHOMSKY, N. (1986). *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger.
- DAVIS, H. & TAYLOR, T. (1990). *Redefining Linguistics*. London: Routledge.
- FAIRCLOUGH, N. (1989). *Language and Power*. London: Longman.
- Firth, J. R. (1957). *Papers in Linguistics 1934-1951*. London: Oxford University Press.
- FOUCAULT, M. (1971). *L'Ordre du Discours*. Paris: Gallimard.
- GRICE, H. P. (1975). Logic and conversation. In Cole, P. e Morgan, J. L. (eds.) *Speech Acts. Vol.3. Syntax and Semantics*. New York: Academic Press.
- HALLIDAY, M. A. K. (1973). *Explorations in the Functions of Language*. London: Edward Arnold.
- HALLIDAY, M. A. K. (1978). *Language as Social Semiotic. The Social Interpretation of Language and Meaning*. London: Edward Arnold.
- HALLIDAY, M. A. K. (1985). *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold.
- HJELMSLEV, L. (1961). *Prolegomena to a Theory of Language*. Whitfield, Madison: University of Wisconsin Press.
- KRESS, G. (1989). History and language: towards a social account of linguistic change. *Journal of Pragmatics*, 13, pp. 445-466.
- KRISTEVA, J. (1986). Word, dialogue and novel. In Moi, T. (ed.). *The Kristeva Reader*. Oxford: Basil Blackwell.
- LABOV, W. (1972). *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- LOCKE, J. (1690). *Essay Concerning Human Understanding*. (ed. P. Nidditch 1975). Oxford: Oxford University Press.
- LOVE, N. (1990). The locus of languages in a redefined linguistics. In Davis,

- H. & Taylor, T. (eds.).
- MALINOWSKI, B. (1923). The problem of meaning in primitive languages. In Ogden, C. K. e Richards, I. A.. *The Meaning of Meaning*. London: Kegan Paul.
- NEWMAYER, F. (1986). *The Politics of Linguistics*. Chicago: University of Chicago Press.
- SAUSSURE, F. de (1922). *Cours de Linguistique Générale*. (ed. crítica preparada por T. de Mauro). Paris: Payot.
- SEARLE, J. R. (1969). *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TAYLOR, T. (1990). Normativity and linguistic form. In Davis, H. e Taylor, T. (eds.).
- THIBAUT, P. (1991). *Social Semiotics as Praxis: Text, Social Making, and Nabokov's Ada*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Wittgenstein, L. (1953). *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell.